
Dimensões educativas do Movimento Negro: uma revisão na Revista da ABPN

Educational dimensions of the Black Movement: a review in the “Revista da ABPN”

João Marcos de Souza Rodrigues

André Augusto Diniz Lira

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Campina Grande – PB – Brasil

Resumo

Esta revisão sistemática analisa o caráter educativo do Movimento Negro (MN) nos artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (intitulada Revista da ABPN), entre o período de 2010-2020 tendo como parâmetro a postulação teórica de Movimento Negro Educador (MNE) desenvolvido pela pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017). De um total de inicial de 237 artigos, 40 atenderam aos critérios de inclusão na amostra. Do total geral, (83%) são ensaios teóricos e (17%) artigos de pesquisas empíricas. Os artigos foram classificados na relação entre o MNE e: as Políticas Públicas de Educação (25%), os intelectuais negros (20%), os movimentos de cultura popular (18%), o movimento quilombola (13%), o gênero (8%), a identidade (8%), o letramento (5%) e a mídia (5%). A produção analisada viabiliza um espaço público de debates para e pelo MN, ressaltando a sua dimensão educadora.

Palavras-chave: Movimento Negro; Educação; Produção científica; Saberes docentes.

Abstract

This systematic review analyzes the educational character of the Black Movement (MN) in the articles of the Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN Magazine), between 2010-2020, having as parameter the theoretical postulation of Movimento Negro Educador (MNE) developed by researcher Nilma Lino Gomes (2017). From an initial total of 237 articles, 40 met the inclusion criteria in the sample. Of the general total, (83%) are theoretical essays and (17%) empirical research articles. The articles were classified according to the relationship between the MNE and: Public Education Policies (25%), black intellectuals (20%), popular culture movements (18%), the quilombola movement (13%), gender (8%), identity (8%), literacy (5%) and the media (5%). The analyzed production enables a public space for debates for and by the MN, emphasizing its educational dimension.

Keywords: Black Movement; Education; Scientific production; Teaching knowledge.

Introdução

A partir da década de 1980, vários movimentos sociais tomaram a cena política brasileira na luta pela redemocratização e garantia de direitos, em especial o Movimento Negro (MN), impulsionando a aproximação desse ator político junto ao Estado brasileiro. Essa aproximação, por sua vez, exigiu novas formas de ações políticas, para além do campo reivindicativo, que se manifestaram na proposição e na defesa de políticas sociais – reforma curricular da legislação educacional, cotas raciais, políticas de saúde pública para a população negra, entre outras. Nesse processo histórico, as ações organizadas pelo MN efetivaram-se a partir de práticas educativas que se desenvolvem nas práticas familiares, institucionais, nas manifestações culturais, políticas entre outras, e que convergem na definição de Domingues (2007), de que o MN se constitui com os negrosⁱ em luta com o objetivo de enfrentar os problemas que são oriundos do racismo. Esses problemas, segundo o autor, manifestam-se na marginalização do negro no acesso ao mercado de trabalho, do direito à educação, na exclusão de participação na política institucional e através da falta de reconhecimento e valorização das manifestações culturais desse grupo.

No contexto atual, e em específico no âmbito acadêmico, o MN passa a ocupar ainda mais destaque como objeto e sujeito da produção do conhecimento de que se ocupa nesse espaço específico. Assim, as ações do MN contra a discriminação racial e pela integração social do negro se desenvolvem em um processo educativo em que o movimento, ao agir, educa-se e educa a sociedade. Por sua vez, essa agência educativa manifesta-se em variadas práticas, que, além de produzir um tipo específico de conhecimento, busca manifestá-lo como conhecimento válido com a produção científica e por meio dela (GOMES, 2017).

A discussão sobre o Movimento Negro como Educador foi amplamente trabalhada no livro “O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” de Nilma Lino Gomes (2017), discussão que autora já estava desenvolvendo em trabalhos anteriores (GOMES, 2011a, 2011b) e que ganharam contornos mais delimitados com a publicação do livro. A autora, em sua obra discute o papel do MN na sistematização dos saberes produzidos historicamente pelos negros e que tem o *status* político de saberes emancipatórios, principalmente por ressignificar o conceito de raça, fator que impacta diretamente na forma de entendermos o racismo brasileiro e sua relação com os aspectos políticos, teóricos e ideológicos da sociedade.

Essas ressignificações, por sua vez, imprime uma mudança profunda na compreensão do local das pessoas negras no processo histórico de constituição da nossa sociedade, bem como na produção de conhecimentos considerados válidos, tendo em vista que esses saberes produzidos pela população negra têm impactado a produção científica acadêmica em especial da Pedagogia.

Cabe atentar que as discussões sobre o aspecto educativo dos movimentos sociais já vinham sendo abordada na produção de outros autores, anteriores ao trabalho da Nilma, entre esses, podemos apontar os trabalhos de Gohn (2001), Cruz (2004), Streck (2006) e Munduruku (2012). Os três primeiros autores discutem o papel educativo dos movimentos sociais, evidenciando as práticas educativas dessas organizações como promotora de aprendizagens que se manifesta por meio de uma pedagogia genuína e que contribui no campo da educação formal. Mundukuru (2012) assume uma abordagem mais específica, discutindo elementos de uma pedagogia indígena que é responsável por criar uma consciência histórica do índio na sociedade brasileira, além de atuar internamente na formação de quadros para o movimento, se manifestando por meio de uma formação completa do indivíduo indígena, tendo em vista suas formas específicas de produção da vida.

Partindo do entendimento de que o MN produz uma forma de conhecimento que pode dialogar com conhecimento científico, este artigo tem o objetivo de analisar o caráter educador do Movimento Negro por meio de uma revisão sistemática na Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), entre 2010 e 2020, desenvolvida na sistematização de oito categorias de análise, que foram constituídas por meio de leituras exploratórias, seletivas, analíticas e interpretativas (GIL, 2002) da produção dessa revista, e organizadas com base nos principais temas discutidos nos textos. Desse modo, o artigo está estruturado em três partes, sendo a primeira a descrição do processo de seleção e organização do *corpus* de análise; a segunda a apresentação e a discussão dos resultados, que foram organizados a partir das categorias de maior representatividade para as de menor representatividade. Na terceira parte, apresentamos nossas considerações finais, tendo em vista os avanços e as possibilidades que se abrem para outras pesquisas diante dos limites do escopo da pesquisa aqui desenvolvida.

Metodologia

Como parte inicial de uma revisão sistemática determina-se a criação de um protocolo de revisão em que devem constar os principais critérios de seleção dos textos a serem utilizados para compor o *corpus* documental de análise: delimitação temporal, palavras-chave, critérios de inclusão e exclusão dos textos (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014). Em nosso protocolo de revisão, determinamos um recorte temporal de dez anos – 2010 a 2020 – que correspondem ao ano de fundação da revista e o de desenvolvimento da pesquisa. Em relação aos descritores escolhidos para a busca no portal do periódico, foram elencados os seguintes: “Movimento Negro”, “Educação e Movimento Negro”, “Movimento Negro e Formação”, “Formação” e “Letramento”. A seleção dos descritores deu-se em virtude de representarem sínteses dos principais aspectos que entendermos constituir nosso objeto de estudo em suas variáveis.

Como critério de inclusão dos artigos, na amostra, levou-se em consideração que estes apresentassem e discutissem questões relacionadas ao MN e seus agentes no Brasil, em que pudessemos identificar suas ações em uma perspectiva ou relação com a educação formal e informal. Definimos que seriam excluídos os artigos em que não fosse possível detectar elementos que correspondessem diretamente aos nossos objetivos de pesquisa, as resenhas de livros e as apresentações de dossiês.

Inicialmente, efetuamos a leitura exploratória dos resumos dos trabalhos com foco em identificar se as discussões propostas pelos autores correspondiam ao nosso objetivo de pesquisa. Quando não foi possível identificar essa correspondência, realizamos a leitura dos textos na íntegra.

Após a seleção do material de revisão, efetuamos uma leitura analítica dos textos na íntegra, com foco na articulação entre o MN com os temas, perspectivas teóricas e dimensões históricas analisadas. O processo de leitura e análise nos levou ao agrupamento dos textos em oito categorias abrangentes mutuamente exclusivas em seus enfoques temáticos e que foram nomeadas da seguinte forma: MN e Políticas Públicas Institucionais de Educação; MN e Intelectuais Negros; MN e Cultura Popular; MN e Movimento Quilombola; MN e Gênero; MN e Identidade; MN e Mídia e MN e Letramento. De um total inicial de 237 artigos, após as leituras selecionamos um *corpus* final de 40 artigos.

QUADRO 1 - Percentual de artigos por categoria de análise

CATEGORIAS	NÚMEROS DE ARTIGOS	PORCENTAGEM
MN e Políticas Públicas de Educação	10	25%
MN e Intelectuais Negros	8	20%
MN e Cultura Popular	7	18%
MN e Movimento Quilombola	5	13%
MN e Gênero	3	8%
MN e Identidade	3	8%
MN e Letramento	2	5%
MN e Mídia	2	5%
TOTAL	40	100%

Fonte do autor (2020).

Constatamos inicialmente que dos 40 artigos selecionados para a composição da amostra, 83% são de natureza ensaística, englobando análises em perspectivas históricas, sociológicas e educacionais, e 17% são trabalhos de pesquisas empíricas. Constatamos ainda que, 64% dos artigos são produções individuais; 32% foram produzidos por dois autores, e 8% dos artigos foram produzidos por três autores.

Resultados

Após à caracterização do nosso *corpus*, passamos ao processo de avaliação e análise dos textos. Tomamos como processo de análise uma estratégias de síntese narrativa dos significados presentes nos textos, como forma de apresentar os principais achados de pesquisa e apontar como eles convergem na caracterização de dimensões educativas do MN formuladas em nossa análise.

Mesmo identificando e apresentando os aspectos de caráter educativo relativos às especificidades internas de cada dimensão de análise construída, é necessário frisar que na prática social do MN essas dimensões educativas encontram-se articuladas. Essa afirmação se faz mediante a compreensão que se chegou através do processo de análise focada nos padrões de sentido dos argumentos contruídos nos textos, que levou a criação de temas e subtemas que foram dispostos em fichas de análise. A seguir apresentaremos uma síntese das análises realizadas, evidenciando os temas que emergiram e como estes convergem em uma caracterização abrangente da dimensão educativas do MN.

A reflexão desenvolvida por Nilma Lino Gomes (2017) caracteriza e conceitua o MN como um produtor de saberes que nascem da luta histórica de negros individual ou coletivamente e que são diferentes dos saberes hegemônicos eurocêntricos, mas não

menos importante que estes, pois são fonte de experiências históricas de um grupo vivendo em uma sociedade racista. Com base nessa perspectiva, identificamos em nossas análises a preponderância de trabalhos referentes a relação do MN com as políticas públicas institucionais de educação em detrimento de outras dimensões de ação política, o que evidência a luta desse ator político no intuito de imprimir seus conhecimentos e demandas como parte da política educacional nacional.

Dito isto, passemos a uma descrição das categorias e posteriormente discutiremos mais detidamente os resultados. A categoria **Movimento Negro e Políticas Públicas de Educação** reuniu a maioria dos artigos da amostra (25%). A síntese desta categoria abrangeu duas dimensões temáticas que nomeamos como: (1) ganhos e efeitos das políticas públicas de educação (Lei 10.639/2003) e (2) desafios para implementação da política curricular.

Na primeira dimensão temática, os subtemas que emergiram da análise apontaram que essas políticas públicas de educação representam um avanço na política curricular da educação brasileira, por propor mudanças nos padrões hegemônicos da educação ainda baseados em uma visão de mundo eurocêntrica, entretanto, ainda com pouco impacto na educação formal, representando uma forma de ação imediata para sanar problemas relativos ao racismo, mas que se fazem necessárias diante dos problemas enfrentados pela população negra (GOMES, 2018; 2019; SILVA, 2019; SANTOS; COELHO, 2016; OLIVEIRA; MACHADO, 2018; PEREIRA; FREITAS 2020; LÁZARO; CERQUEIRA; CASTRO, 2019).

Na segunda dimensão temática, as análises evidenciou que entre os problemas e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003, estão: o despreparo das escolas para promover a efetivação da legislação educacional, a falta de conhecimento dos professores em relação ao tema, o pouco material produzido sobre a temática, a falta de coesão da equipe escolar, os preconceitos de gestores e professores, principalmente em relação as religiões de matrizes africanas, a falta de metodologias e pedagogias adequadas e o silenciamento em relação aos casos de racismo na escola, além da legislação ser vista como uma imposição do Estado vinda de cima para baixo (ROCHA; SILVA, 2013; PEREIRA, 2012; SILVA, 2019).

A constituição do tema do Movimento Negro e Políticas Públicas de Educação como o de maior representatividade nos trabalhos analisados nos proporcionou uma visão ampliada do papel e das ações educativas do MN na sociedade brasileira, que se exprime em

uma agenda de atuação política em nível nacional e internacional e que se manifesta na realidade social mediante ações políticas endógenas e exógenas. As ações endógenas são aquelas que surgem por meio de demandas internas de grupos, vinculadas as necessidades imediatas, não estando diretamente alinhada a uma agenda política prévia do MN, mas podendo ser incorporada a ela.

Já as ações exógenas, podemos considerar aquelas promovidas e desenvolvidas pela vanguarda do MN, composta, em sua maioria, por setores médios da sociedade ligados a instituições estatais, como as Universidades, secretarias do Governo Federal, nos governos estaduais e municipais ou em ONGs. As ações desenvolvidas por esses setores na realidade das comunidades negras pobres podem, muitas vezes, serem interpretadas como algo estranho ou distante das suas vidas, fator esse que ora promove a inserção de novas formas de ação e discursos políticos nas demandas dessas comunidades, ora são rechaçadas e desconsideradas. Nesse sentido, aproximação desses dois setores sociais dependerá grau de coesão política e de delineamento de uma pauta específica, que pode vir ou não a se chocar com os interesses advindos de fora.

Além disso, foi possível constatar que as ações exógenas também se manifestam por meio dos conflitos gerados pela negligência do Estado em relação à garantia efetiva de direitos básicos para a população negra. A população negra no Brasil em sua maioria vive em condições precárias de vida, fator esse que tem gerado posição de suspeita e de combate ao Estado e que também pode gerar críticas aos setores médios do MN que atuam nas instituições estatais e que por estarem nessa condição, de certa forma, distanciaram-se dessas comunidades e, conseqüentemente, não conseguem materializar em forma de luta as questões emergentes para o grupo.

Seguido da categoria supracitada a segunda com maior representatividade de trabalhos (20%), foi a **Movimento Negro e Intelectuais Negros** que discutiu o papel do intelectual negro como sujeito responsável pela educação interna do MN, fator este que reverbera na forma como o movimento constrói e exerce sua política enquanto organização coletiva. Os artigos analisados na categoria formam em sua grande maioria análises das trajetórias de vida de intelectuais negros, bem como da produção teórica sobre o papel político do intelectual negro. As análise dos textos estão balizadas em sua grande maioria

nas discussões teóricas de Nilma Lino Gomes (2010), Bell Hooks (1995) e Cornel West (1985), como forma de justificar e caracterizar o intelectual negro e o seu papel político.

Na análise da categoria foi possível constatar a centralidade e a importância do intelectual negro na organização da luta do MN, de modo que ele ocupa o papel de formulador e proponente de ações para a comunidade negra, uma posição que inspira responsabilidade. No que identificamos como processos educativos inerentes ao MN, foi possível reconhecer que os intelectuais negros atuam tanto no âmbito de ações políticas em suas organizações, como também por meio de proposições pedagógicas no nível da educação formal, as quais podem contribuir para uma efetiva aplicação da Lei 10.639. Isto porque a não aplicabilidade da Lei, também passa pela ausência de uma pedagogia que dê subsídios teóricos e práticos para que professores e gestores possam efetivar nos marcos das diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais novos projetos político-pedagógicos (LIMA, 2018).

Essas propostas pedagógicas estão marcadas pela capacidade que os intelectuais negros têm de articular os conhecimentos científicos com as suas práticas e vivências na militância, o que proporciona teorias pedagógicas com profundo enraizamento nas experiências do ser negro em uma sociedade racializada e racista. Além disso, essas ações contribuem para uma formação educacional mais radical, pois além de contemplar os conhecimentos formais do currículo, estes podem ser articulados com os conhecimentos produzidos historicamente pela população negra e que são indispensáveis para alunos negros que vivem em sua sociedade estruturada sobre o racismo.

No campo da produção científica acadêmica, esse intelectual se coloca em uma posição de sujeitos e objetos de pesquisa, tendo em vista que a raça está implicada com sua própria vida e com a forma de se perceber no mundo. Nesse sentido, forma de produção do conhecimento desse intelectual além de contestar os preceitos de neutralidade científica, situa o conhecimento no espectro de uma práxis social, fator esse que confere um sentido político para ela (MIRANDA, 2018).

Outro elemento importante identificado é a credibilidade conferida a esse intelectual por parte da comunidade, e que se manifesta quando suas ações políticas estão vinculadas ou enraizadas na vida das comunidades negras. Após a criação do MN contemporâneo, principalmente durante a década de 1990, vários militantes negros voltaram suas atuações

políticas para as comunidades negras pobres, principalmente, por meio de trabalhos desenvolvidos em ONGs. Essas ações no plano das disputas não somente contra o poder, mas pelo poder, conferiram ganhos políticos importantes para esses intelectuais que assumem o papel de vanguarda da comunidade negra (SANTOS, 2019); (CRUZ, 2018).

Além do já exposto, destaca-se o fato de que os intelectuais negros, ao formularem suas teorias com base em um engajamento social de luta com centralidade na raça enquanto construção social, educa tanto a si próprio quanto ao MN. O intelectual, ao assumir essas elaborações teóricas como demandas políticas por direitos, retorna para a sociedade os conhecimentos advindos destas elaborações. A reelaboração e o ajustamento das teorias têm, portanto, como elemento-guia as próprias experiências de vida dos seus propositores (RODRIGUEZ; FONSECA; SILVA, 2018; VIEIRA, 2017; SANTOS; BORGES, 2018; TRAPP, 2018).

Os artigos da categoria **Movimento Negro e Cultura Popular** correspondem a 18% da amostra e versam sobre grupos ou organizações negras que atuam, especificamente, no campo da produção e difusão das manifestações culturais afrobrasileiras. Podemos constatar que as manifestações dos grupos culturais afro-brasileiros, mesmo sendo específicas em suas formas e lógicas internas de sentidos, são fruto de representações das múltiplas dimensões da vida dessa população ao longo da história, ou seja, são oriundas de um povo que, mesmo tendo sido transplantado de forma forçada para o Brasil, continuaram a produzir e reproduzir sua cultura e representações do mundo, vinculando os conhecimentos que trouxeram do continente africano as suas experiências em um novo território que estavam inseridos.

Nesse sentido, ao nos voltarmos para uma representação mais organizada das dimensões de sentidos inerentes a esses movimentos, elencamos três dimensões: (1) ações educativas não formais, (2) desafios e (3) críticas. Na dimensão das ações educativas, foi possível inferir que esses movimentos culturais, além de desenvolver uma prática educativa não formal, ampliam o acesso a conhecimentos desprezados pela escola, conhecimentos esses que têm um profundo valor político e prático, principalmente para a juventude negra. Desse modo, ao abordar em suas manifestações culturais a história e a vida cotidiana, esses movimentos, baseados no princípio de comunidade e de coletividade acabam por refletir concretamente a vida das pessoas, resultando disso novas relações sociais (MOTA; MOTA, 2018; JESUS, 2011; FERRACINI, 2020; NUNES, 2014).

Desse modo, os movimentos culturais se tornam instituições, construindo outra moral social, outras formas legítimas de conhecimento e de transmissão do mesmo. Criam outras formas de signos e significados e linguagens, buscando precisar a conceituação da realidade em suas relações sociais. Nesse sentido, se colocam contra as formas sociais hegemônicas de linguagem e de sentido, tendo em vista que são impostas a esses sujeitos sem uma mediação adequada e politicamente direcionada às necessidades e demandas do grupo. (AZEVEDO; SILVA, 2014); (PAULA, 2011); (SOUZA, 2012).

Na categoria **Movimento Negro e Movimento Quilombola** (13% da amostra), identificamos elementos que caracterizam as especificidades e aproximações entre o MN e o Movimento Quilombola no Brasil. O primeiro aspecto identificado é o fato de que o Movimento Quilombola tem como elemento central de suas ações políticas a luta pela terra. Constatamos ainda que existe uma espécie de recusa de tutela do Movimento Quilombola em relação ao MN. Esta tutela tem como fundamento histórico às demandas políticas que foram apresentadas durante a construção da nova Carta Constitucional, a qual garantiu a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos quilombolas. Entretanto, ao longo do processo histórico de lutas o Movimento Quilombola em diálogo com MN, buscou se firmar como autônomo, tendo em vista suas especificidades de demanda política relacionada ao território (MINAS; LIMA, 2016; CARDOSO; GOMES, 2018).

No campo educacional, as demandas das comunidades quilombolas se desenvolvem de forma diferenciada baseada em reivindicações de uma educação específica que dialogue com suas condições materiais e simbólicas. Apesar disso, a escola possui papel central para as práticas de resistência, bem como para as relações sociais e culturais que são atravessadas, em alguns casos, pelo uso coletivo da terra. Desse modo, elementos como corporeidade, oralidade, memória coletiva e o trabalho são incorporados à dinâmica da formação escolar, fatores que levam a produção de conhecimentos genuínos, tendo em vista que a apreensão dos conhecimentos científicos está relacionada à possibilidade do uso coletivo deste, e não como fator de individualização dos sujeitos (OLIVEIRA; PEIXOTO; 2020; ANJOS; CASSIANO, 2019; NUNES, 2015).

A categoria temática **Movimento Negro e Gênero** (8% da amostra) destacam questões teóricas e históricas sobre a luta das mulheres negras e de sua organização enquanto entidade política diaspórica e pós-colonial. Diante disso, tem como prioridade as

experiências históricas das mulheres negras que são retomadas em símbolos, como Dandara, além da retomada das trajetórias e das ações de mulheres negras até então invisibilizadas pelas Ciências Sociais e Humanas. Esses saberes e experiências ao serem utilizados para a superação de estereótipos promovem uma ressignificação de discursos que têm sido construídos como marcas de verdade, entre eles, o modelo essencialista e universalizante de mulher, pautado nos preceitos eurocêntricos e coloniais (SEBASTIÃO, 2010; VIANA, 2010; LEMOS, 2016).

Essas indagações, bem como o processo de construção de conhecimento para a educação se transformam em proposições direcionadas ao Estado brasileiro por meio de denúncias, de cobranças para punições aos crimes de violência contra as mulheres em específico, as mulheres e homens negros, na propositura de cotas raciais e na luta por maior espaço nas instituições, principalmente, no interior dos partidos políticos.

A categoria **Movimento Negro e Identidade** (8% da amostra) advém da análise de três artigos em que podemos constatar uma diversidade de discussões – políticas, filosóficas, históricas e sociológicas – sobre a questão da raça, tendo em vista o significado político que este conceito carrega na luta do MN. Desse modo, compreendemos que a ação do MN no processo de construção de uma identidade negra positiva atribuiu à raça uma carga profunda de significados e elementos políticos, que tem como base a concepção social desta categoria. Essa identidade, está alicerçada em um processo de reconfiguração subjetiva da pessoa negra que se estabelece como uma contestação, negação e desconstrução do racismo, ao mesmo tempo em que também atua como elemento de reconhecimento e valorização histórica, cultural e religiosa. Por isso, é mobilizada politicamente como forma de conseguir direitos junto ao Estado por meio de políticas afirmativas, como no caso das cotas raciais, além de delimitar uma fronteira étnico-racial que leva à racialização do branco e da incorporação de ressignificação do pardo/mestiço como sujeito negro. (LOPES, 2014; ROCHA, 2014; FELIX; LIMA, 2013).

Na categoria **Movimento Negro e Mídia** (5% da amostra) constatamos o processo de ação da mídia negra como instrumento organizativo e educativo do Movimento Negro. Desse modo, podemos traçar um padrão de sentido que se estabeleceu por meio do que interpretamos como um tripé organizacional da mídia alternativa que se configura como: Ações Denunciativas; Ações Propositivas e Ações Organizativas. Para tanto, a mídia negra

utiliza elementos comuns da mídia hegemônica como as disputas de narrativas para a construção e a transformação do campo social, mas não se reduz a isso, pois coloca-se como instrumento organizativo de uma luta política concreta, que desenvolve análises e ações pautadas na centralidade da raça (CAROLINE, 2020; NUNES; PENTEADO JÚNIOR; 2020).

Os artigos da categoria **Movimento Negro e Letramento** (5% da amostra) abordam discussões referentes ao Letramento no MN, no sentido de desenvolver nas pessoas negras a capacidade de fazerem leituras específicas do mundo, tendo em vista a dimensão racial que perpassa suas experiências de vida. Diante dessa especificidade, as pessoas negras, enquanto sujeitos e agentes do letramento, fazem-no em meio a uma realidade conflitiva materializada em um corpo racializado em que é atribuída uma carga representacional de aspectos negativos, como discriminação, humilhação, preconceito e a intolerância, mas também possui elementos representacionais positivados em práticas culturais, religiosas, históricas e políticas que são ressignificadas pelo MN. Com isso, as práticas de letramentos contribuem para ruptura de sentidos sociais pré-estabelecidos para o negro na estrutura social, além de uma nova forma de letramento, que atua na formulação da identidade negra positiva e politicamente orientada para a luta (SANTOS, 2018; SANTOS; JOVINO; 2018).

Discussão dos Resultados

A pesquisa constatou que o caráter educativo do MN se manifesta em várias dimensões de atuação política, sendo a dimensão voltada para institucionalização das demandas políticas públicas de educação junto ao Estado brasileiro a que apresenta maior interesse de ação política por parte da militância negra e seus intelectuais. Entretanto, fica claro que os ganhos institucionais só se manifestam como ganhos reais, materializados, quando estão alinhados aos interesses da grande massa que compõe a base do movimento e se refletem nas ações desses sujeitos.

Contudo, é importante frisar que as outras dimensões analisadas não existem de forma isolada da luta institucional, pelo contrário, essas se tornam conteúdo das demandas políticas institucionais da população negra, que sendo direitos garantidos pelo menos no plano da norma jurídica, tenciona sobre a estrutura de poder hegemônica e possibilita abrir espaços de lutas por direitos até então negligenciados à população negra brasileira. Essas

ações, como bem salientou Gomes (2017) reeducam a sociedade, mas também o próprio MN que repensa suas ações nos espaços ocupados.

Em se tratando do espaço de divulgação e os tipos de texto analisados, constatamos que a maioria dos trabalhos publicados são de ensaios teóricos descritivos em detrimento de artigos de pesquisas empíricas, fato esse que não diminui o valor das contribuições dos trabalhos teóricos que evidenciam elementos importantes do processo histórico de lutas dos negros no Brasil. Não obstante, é importante salientar que, em nossas análises, esses ensaios teóricos são implícitos e explicitamente atravessados por uma dimensão política engajada, principalmente de caráter denunciativo e reivindicativo baseado em aspectos históricos que são retomados constantemente nas discussões dos textos.

Na leitura da política editorial da revista, constatamos que este periódico assume o papel não somente de divulgação e promoção de estudos empíricos que forneçam novas informações e descobertas sobre as condições e problemas relacionados às pessoas negras nacionalmente e internacionalmente, mas se torna um espaço voltado para a promoção do debate público sobre a questão racial no Brasil, como podemos constatar na própria apresentação da revista em que consta que:

Seu principal objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores(as) e intelectuais negros(as), bem como de outros(as) comprometidos(as) com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. A Revista da ABPN destina-se a pesquisadores(as) e comunidade acadêmica em geral, professores da educação básica, ativistas sociais, membros de organizações e instituições que trabalham com a questão racial, representantes dos conhecimentos tradicionais e público em geral que se relacionam e pessoas interessadas no debate sobre as relações raciais às áreas indicadas anteriormente (ABPN, s/d).

Tendo em vista os objetivos da revista e do público ao qual ela se destina, está explícito a proposta de ampliação do espaço científico para o debate público referente à temática racial, de modo que podemos entender o motivo pelo qual a maioria dos ensaios está marcado por uma dimensão política e reivindicativa, fator também relacionado à transversalidade da raça em todas as dimensões da realidade social brasileira, entre elas, a dimensão da produção científica. Isso implica em uma constante posição política na própria construção do conhecimento, conferindo a este uma perspectiva de práxis social, o que não reduz o seu valor enquanto produção de conhecimento científico legítimo e necessário.

Um outro aspecto que reputamos como importante para o desenvolvimento da temática objeto de estudo deste artigo, tendo em vista a produção da revista da ABPN e também de outros periódicos, é a necessidade de publicar artigos empíricos que tenham uma relação maior com o contexto midiático e também relacionado às práticas didáticas. Isso poderia ser viabilizado por uma abordagem que contemplassem dossiês voltados para pesquisas nessas áreas.

Considerações Finais

Por fim, apontamos que a pesquisa contribui para o debate acadêmico, tendo em vista que evidenciou a ação educativa do MN, explícita ou implicitamente apresentada nas produções científicas, o que pode contribuir para avançarmos na construção de uma teoria pedagógica radicalmente crítica no campo das relações raciais e que esteja amparada em uma compreensão das formas educacionais desenvolvidas nas várias frentes de ação política do MN, podendo proporcionar novas estratégias para a implementação efetiva da Lei 10.639/ 2003 na educação escolar brasileira.

Com isso, a pesquisa demonstra um avanço ao procurar apontar por meio da produção intelectual na Revista da ABPN, como e em que perspectivas se manifestam as ações educadoras do movimento. Entretanto, o trabalho aqui proposto se deteve à uma pequena dimensão do universo analisado, que poderia ser expandido em estudos futuros tendo em vista um maior detalhamento não somente dos principais temas, como também no aprofundamento das dimensões educativas, a partir de uma análise minuciosa dos campos disciplinares, teóricos e epistemológicos que dão sustentação a essas análises e que podem ser exploradas em trabalhos futuros.

Por fim, ressaltamos que pesquisas como a que desenvolvemos, contribui para consolidação do campo da Educação para as Relações Étnicorraciais (ERE) no que diz respeito a compreensão dos vários aspectos sociais que se interrelacionam com essa discussão e lhe acrescentam um conteúdo prático e teórico, além de lançar luz sobre outras propostas metodológicas de análise e desenvolvimento dessa discussão.

Referências

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: **Manual de produção científica** [recurso eletrônico]. (Org.). KOLLER, Sílvia H; PAULA, Maria Clara P. de; HOHENDORFF, Couto, Jean Von. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55 – 70.

CRUZ, José Adelson da. Movimentos sociais e práticas educativas. Inter-Ação: **Rev. Fac. Educ. UFG**, v. 29, n. 2. p. 175-185, jul./dez. 2004. Acesso em: 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/issue/view/233>.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23. Niterói, 2007. p. 100-122. Acesso em: 16 nov. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política e Sociedade**, v. 10, n. 18. p. 133 – 154, 2011. Acesso em: 16 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p. 109 – 121, jan./abr. 2011. Acesso em: 16 nov. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>.

GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação. 2009. p. 419-442.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, Bel. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3 n. 2, 1995. p. 464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

Revista da ABPN [Site institucional]. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/index>. Acesso em: 25 jul. 2020.

STRECK, Danilo R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. **Série-Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 22, p. 99-111, jul./dez. 2006. Acesso em: 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/issue/view/22>.

WEST, Cornel. “The dilemma of the Black Intellectual”. In.: **The Cornel West: reader**. Basic Civitas Books, 1999, p. 302-315. (Tradução e notas de Braulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza).

Artigos analisados

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CASSIANO, Thiago Francysco Rodrigues. O processo de(s)colonizador na performance arte “Mumbuca”: do fazer artístico-criativo aos atravessamentos poéticos e afetivos. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial – Caderno

Temático: Cultura popular em cena: artes afro diaspóricas, p. 25-44, jul. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/703>. Acesso em: 25 jul. 2020.

AZEVEDO, Amailton Magno; SILVA, Salomão Jovino da. Um raio X do movimento Hip-Hop. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 15, p. 212-239, nov./ fev. 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/122>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. Movimento negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 26, p. 153-171, jul./ out. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/644>. Acesso em: 25 jul. 2020.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SANTOS, Raquel Amorim dos. Política curricular e relações raciais: o estado da arte nas produções da ANPED. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 20, p. 111-134, jul./out. 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/12>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CRUZ, Leonardo Borges da. A formação discursiva pós-colonial em Alberto Guerreiro Ramos. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 141-164. mar./ jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/611>. Acesso em 25 jul. 2020.

FERRACINI, Rosemberg. Aprendendo com a comunidade-terreiro em Palmas – TO na luta antirracista. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 221-242, abr. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/863>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FREITAS, Cláudia Rodrigues de; PEREIRA, Danielle Celi dos Santos Scholz. Movimento social negro: caminhos emancipatórios na luta pela educação. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas”, p. 734-754, ago. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/950>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, p. 141-162, abri. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 26, p.111-124, jul./out. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/642/555>. Acesso em: 25 jul. 2020.

JESUS, Adriana do Carmo de. R.A.P. ensina: as possibilidades educativas que permeiam as práticas do movimento Hip Hop. **Revista da ABPN**, v. 2, n. 4, p. 151-168, mar./ jun. 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/326>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LÁZARO, André; CERQUEIRA, Luciano; CASTRO, Carolina. MOVIMENTOS EM MOVIMENTO NA AGENDA DA EDUCAÇÃO. **Revista da ABPN**, v. 11, n. Ed. Especial, p. 297-320, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/694>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Por um Brasil para chamar de meu!. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 339-370, nov./fev. 2015-2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/55>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LIMA, Ivan Costa. Pensamento negro em educação no brasil: trajetos históricos de proposições pedagógicas em salvador e no rio de janeiro no século XX. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p.222-247, mar./jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/614>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LOPES, Joyce Souza. Branco(a)-mestiço(a): problematizações sobre a construção de uma localização racial intermediária. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 47-73, mar./ jun. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/150>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MOTA, Maria Nilda de Carvalho; MOTA, Eduardo Guilherme de Carvalho. Rap nacional é coisa séria: o gangsta, o feminino e o lúdico. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p. 472-482, jan. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/550>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MINAS, Egléia Adalgizo; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. O movimento negro, a constituição de 1988 e a questão da territorialidade na preservação de uma cultura: a comunidade remanescente do quilombo da Caçandoca. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 20, p. 06-22, jul./out. 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/5>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MIRANDA, Claudia. Das insurgências e deslocamentos intelectuais negros e negras: movimentos sociais, universidade e pensamento social brasileiro, século XX e XXI. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 329-345, mar./jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/619>. Acesso em: 25 jul. 2020.

NUNES, Cícera. Os congos de milagres: cultura e resistência negra no cariri cearense. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 438-455, mar./ jun. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/172>. Acesso em: 25 jul. 2020.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 107-131, nov./ fev. 2015-2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/45>. Acesso em: 25 jul. 2020.

NUNES, Tailane Santana; PENTEADO JR., Wilson Rogério. Luta antirracista e democracia racial no séc. XX: o legado do Jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950). **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas”, p. 694-710, ago. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/955>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Polline Almeida de; PEIXOTO, Ana Cristina Santos. A importância da memória para a reconstrução da identidade quilombola: a experiência do quilombo da rua palha (Itororó/BA). **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas”, p. 711-733, ago. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/916>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. A demanda da população negra brasileira por educação: um longo trajeto até a lei 10.639/03. **Revista da ABPN**, v. 10, p. 314-339, jan. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/542>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PAULA, Benjamin Xavier de. O movimento hip hop e a construção da identidade negra/juvenil. **Revista da ABPN**, v. 2, n. 5, p. 63-73, jul./out. 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/339>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. “Toma que o filho e seu...”: políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da luta contra o racismo. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 7, p. 226-234, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/857>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ROCHA, José Geraldo da. Movimentos sociais e negritude no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12, p. 24-60, nov./fev. 2013/2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/176>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ROCHA, José Geraldo da; FELIX, Idemburgo Frazão; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. Religiosidade e cultura afro-brasileira na formação da identidade. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 10, p. 141-155, jun. 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/206>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antônio Novaes da. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 55-82, out. 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/189>. Acesso em: 25 jul. 2020.

RODRIGUEZ, Maria Dolores Sosin; FONSECA, Silvana Carvalho da; SILVA, Jorge Augusto de Jesus. O intelectual negro: agente de letramento. **Revista da ABPN**, v. 10, p. 340-362, jan. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/543>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Fernanda Barros dos; BORGES, Caroline Amanda Lopes. Neninho de Obaluaê – o intelectual insurgente do subterrâneo tropical e os movimentos sociais negros. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 294-316, jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/617>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Gevanilda. Movimento negro: letramento de vivência e reexistência. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p. 399-424, jan. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/546>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Joselaine Caroline da Silva. Os estudos da negritude em midiatização. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 33, p. 490-507, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/767>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. José Correia Leite, Eduardo de Oliveira, Eduardo de Oliveira e Oliveira – militantes do movimento negro de São Paulo no século XX. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial – Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, p. 351-371, abri. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/696>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Merilyn Ricieli dos; JOVINO, Ione da Silva. Sociabilidades negras entre a diversão e os letramentos: um clube literário e recreativo nos Campos Gerais (PR). **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p. 164-183, jan. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/535>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 64-77, mar./jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/308>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Carolina Rocha. Racismo, religião e educação no Brasil: desafios contemporâneos. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial – Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, p. 283-296, abr. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/693>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Raça negra e educação 30 anos depois: memórias e legados. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, p. 12-31, abr. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/679>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Bloco afro Akomabu: Espaço de fortalecimento da identidade e autoestima entre crianças e adolescentes negros. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 7, p. 157-169, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/370>. Acesso em: 25 jul. 2020.

TRAPP, Rafael Petry. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 194-221, mar./jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/613>. Acesso em: 25 jul. 2020.

VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. **Revista da ABPN**, v. 9, n. 22, p. 349-368, mar./jun. 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/252>. Acesso em: 25 jul. 2020.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 52-63, mar./jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/307>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Nota

ⁱ Ao longo do presente estudo, far-se-á uso do masculino em casos de generalização, não havendo, nesta decisão, nenhuma tendência sexista e/ou de desrespeito ou de descaso às linhas de inclusão de gênero. Escolheu-se aqui, tão somente, uma postura de observância à Norma Culta da Língua Portuguesa, em suas convenções no tocante ao uso do masculino como elemento generalizador.

Sobres os autores

João Marcos de Souza Rodrigues

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande. Possui graduação em Pedagogia pela mesma universidade (2018), campus Cajazeiras/PB. Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (2016-2018) e no projeto de extensão Quilombolas e Cultura Negra no Alto Sertão Paraibano (PROEXT/MEC/SESu) (2015-2016). Foi membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e de Gênero (NEABIG-UFCG/CFP) (2015-2016). Atualmente, desenvolve pesquisas sobre Educação Para as Relações Étnicorraciais e Movimento Negro. Email: marcosjm13@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2173-6629>

André Augusto Diniz Lira

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFCG. Pesquisador Associado ao Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade- Educação (CIERS-Ed) da Fundação Carlos Chagas. Estágio pós-doutoral em Educação na Fundação Carlos Chagas. Estágio Pós-doutoral em Linguística Aplicada no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN. Doutor, Mestre e Especialista em Educação pela UFRN; Especialista em Bíblia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Licenciado em Psicologia e Formação de Psicólogo pela UEPB. Líder do grupo de pesquisa Sociedade, Cultura e Educação. Interesses de pesquisa: Teoria das Representações Sociais, Teoria Social (Pierre Bourdieu), Abordagens (auto)biográficas, identidades sociais e profissionais, Educação Superior, Educação Básica, fracasso escolar e acadêmico, sucesso escolar e acadêmico. Email: andreaugustoufcg@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9398-507X>

Recebido em: 18/05/2021

Aceito para publicação em: 02/07/2021